

MOÇÃO B

POR UMA RESPOSTA SOCIALISTA DE COMBATE

RAZÕES PARA UMA MOÇÃO

O Bloco de Esquerda surgiu como uma bandeira de esperança. Há 13 anos que, querendo "Começar de novo", aqui vimos convergindo. Somos portadores de distintas experiências e combates pelo socialismo, gerações diferentes no mesmo caudal de expectativas por uma sociedade sem exploração.

Uns por via das correntes fundadoras, outros pelo seu pé, chegámos entusiasmados com este movimento que se ergue à esquerda. A seiva do BE é hoje muito mais do que o somatório dos partidos originários.

Somos dirigentes e activistas de base. Ontem como hoje, alegrámo-nos e decepcionámo-nos, mas é no BE que estamos e é no BE que queremos estar. Queremos construir o futuro, sem resignação ou desistência. Queremos voltar a alegrar-nos com o apoio às nossas alternativas neste período tremendo de ataque aos direitos democráticos e sociais.

Muitos de nós estiveram sempre com a Direcção, e aí se desencantaram com os rumos recentes do BE. Outros não. Mas isso nunca foi factor de enfraquecimento. Sabemos lidar com a diferença de opinião.

Pensámos a política e a praxis em grupos de camaradagem e no seio do BE; temos apresentado listas alternativas às apoiantes da Direcção. Noutros locais mantivemo-nos à margem, em silêncio.

A VIII Convenção do Bloco de Esquerda, enquanto espaço de reflexão e de decisão para a intervenção política nos próximos anos, só pode ter, como ponto de partida, uma atitude lúcida e corajosa em que confrontemos os objectivos políticos e organizativos traçados há dois anos com os resultados alcançados.

A preocupante perda de influência do BE na sociedade portuguesa tem de ser vista à luz das evoluções mais recentes e tem de ser confrontada com as orientações e procedimentos que a Direcção do BE adoptou.

Em primeiro lugar constatamos uma grande dificuldade táctica em intervir numa situação política exigente. O voluntarismo que o apoio à candidatura presidencial de Manuel Alegre assumiu, incapaz de assegurar alguma distância entre o candidato e o BE, fragilizou a intervenção política posterior.

A eleição de Cavaco Silva e o agravamento da situação internacional provocaram uma alteração da relação de forças na sociedade portuguesa em prejuízo do movimento social e político apoiado na esquerda.

A direcção do BE não conseguiu entender o sentido e o alcance destas alterações, ficando prisioneira de uma política errática de que são exemplo a apresentação de uma moção de censura fora de tempo e a incompreensível ausência nas reuniões com a troika.

Após este período, as consequências são conhecidas: perdemos metade do eleitorado e metade do grupo parlamentar.

Daí para cá, a direcção do BE tem mostrado indisponibilidade política para a reflexão interna sobre estas questões, ouvindo com impaciência qualquer crítica, optando por vezes por afastar militantes e aderentes mais críticos.

No plano da intervenção pública, o BE foi perdendo influência, frescura e disponibilidade para dialogar com largos sectores da sociedade. Foi-se acantonando numa lógica pouco democrática de defesa da fortaleza sitiada defendida pelo aparelho.

I CONTRA O ABISMO DA EUROPA NEOLIBERAL

A ofensiva neoliberal dos anos 80 criou um modelo de capitalismo baseado na globalização financeira, na livre circulação de capitais e na crença da auto-regulação dos mercados, na suposição de que estes geram as soluções mais eficientes.

Em pouco mais de vinte anos os resultados mais evidentes foram as privatizações e a liberalização selvagem do mercado de trabalho, beneficiando da desregulação e da ressaca ideológica que acompanhou a implosão da União Soviética e dos países do chamado "socialismo real". As sucessivas bolhas especulativas que atingiram a economia mundial e em particular a crise de 2007-2009 foram resultado destes desmandos.

A responsabilidade do contexto depressivo e dos flagelos sociais que vivemos é do capitalismo contemporâneo e dos que o construíram e com ele colaboraram. O refluxo e a deterioração da relação de forças política e social, acompanhados de uma violenta campanha de intoxicação ideológica, deram lugar a um clima de medo e apatia e ao reforço das ideias e políticas mais conservadoras, em particular na União Europeia.

O objectivo da austeridade é levar o modelo neoliberal mais longe nos países mais vulneráveis, limitando o Estado Social a uma componente residual, dando lugar a uma economia profundamente privatizada e desregulada e a uma sociedade atomizada sem alternativas para além da resistência.

Com o desemprego estrutural e a precariedade extrema, favorecidos pelas mudanças nas leis laborais, os governos de direita e a troika estão a reduzir drasticamente os custos com o trabalho com consequências inevitáveis ao nível da contenção forçada do consumo interno.

Esta política deprime o nível de actividade, profunde a recessão, destrói empresas e sectores de ac-

tividade, aumenta as desigualdades e leva à pauperização extrema. Atrás da degradação económica e social desenha-se uma ofensiva às liberdades políticas e à democracia.

Em Portugal, a impossível desvalorização cambial no quadro do euro é como que compensada pela diminuição das importações e o aumento das exportações, conduzindo à reversão da balança comercial, por efeito de uma desvalorização da economia, do consumo interno e do investimento. Esta estratégia de empobrecimento reforça a injusta distribuição dos rendimentos e deixará um rasto de destruição de que será difícil recuperar. Travá-la é um imperativo de sobrevivência que deve mobilizar todos os que se opõem a este suicídio nacional.

Combater estas políticas, a troika e a austeridade do governo PSD/CDS, sem tréguas e sem concessões; restaurar condições para o crescimento económico; melhorar os níveis de vida; eliminar a pobreza e a desigualdade constituem o eixo central da nossa intervenção política e a grande prioridade do momento.

Este repto pressupõe a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo, apoiado em soluções inovadoras que compatibilizem crescimento económico e do emprego com preservação dos recursos não renováveis. O desafio que se coloca em nome da sustentabilidade ambiental visa assegurar prosperidade e bem-estar económico e social.

POR UM PROJECTO DE REFORMA DO EURO E DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

A nossa economia foi severamente castigada pelo desenho das instituições de governação comunitárias e pela influência disfuncional do euro que criou desequilíbrios macroeconómicos insustentáveis, excedentes nos países do centro europeu e défices comerciais e desindustrialização na periferia.

A crise financeira envolveu Portugal, a Grécia, a Irlanda ou a Espanha com vulnerabilidades diversas. O seu impacto gerou uma espiral de recessão e de-

semprego, levou à perda de receitas orçamentais e um aumento da despesa pública (quer em resgates à banca, quer pelo aumento de encargos sociais com o desemprego e a protecção social).

O que era um problema do sistema financeiro, resultado das políticas de desregulação, converteu-se num problema de dívida pública, que permitiu o ataque da austeridade e beneficiou as instituições financeiras credoras alemãs e de outros países do centro europeu.

O BE deve defender o desenvolvimento da Europa baseado na sustentabilidade dos recursos, com Portugal dentro de euro. Mas a permanência no euro exige reformas profundas, compensações que neutralizem a sua desvantagem matricial, isto é, um arranjo institucional alternativo, fundado em mecanismos de controlo e participação democrática na governação económica europeia.

Para além da renegociação da dívida e do não pagamento da dívida ilegítima, exige-se uma mudança de estatuto do BCE e a criação de obrigações europeias (eurobonds), a desvalorização do euro e uma política fiscal de apoio às exportações dos países endividados, a nacionalização da banca intervencionada, o fim das offshores, a regulação do sector financeiro, e a elaboração de um plano comum europeu de relançamento da actividade económica e criação de emprego, apostando num investimento na ciência fundamental e experimental e na sua aplicação através da tecnologia nos diferentes sectores de actividade.

No plano da mobilização social e da batalha política, é necessário estimular formas de cooperação à escala europeia do BE com outros agrupamentos e forças políticas anti-capitalistas, para que estas propostas tenham eco internacional, tomando expressão não só em iniciativas conjuntas de carácter bi e multilateral, como na construção de caminhos para a organização ou apoio a iniciativas políticas concertadas.

PELA UNIDADE DA ESQUERDA

Nesta conjuntura de acentuado refluxo social e político, cresceu a aspiração à unidade contra a austeridade do governo PSD/CDS entre a maioria da população trabalhadora. É urgente encontrar propostas que consagrem e aprofundem esse desiderato.

No quadro da defesa da democracia, do Estado Social e dos direitos dos trabalhadores, há que criar um espaço de debate e comprometimento de toda a esquerda em torno de uma plataforma mínima.

Temos de vencer a divisão da esquerda e ir para além da mera resistência.

Precisamos de desgastar o núcleo duro que sustenta as políticas da troika, e nele está toda a direita, e a direcção e sectores significativos da elite do PS, que não participando no governo, procuram demagogicamente reflectir uma imagem oposicionista, insinuando-se como alternativa. A direcção do PS e a maioria do seu grupo parlamentar têm defendido a necessidade de medidas que estimulem o crescimento económico e criem emprego, mas votam as alterações mais agressivas à legislação laboral e medidas de impacto recessivo.

Neste momento de verdadeira emergência nacional, temos de fazer um esforço acrescido pela unidade, combinando iniciativa e audácia, capacidade táctica e esforço concretizador, criando uma dinâmica em torno de uma plataforma mínima de reivindicações fundamentais, confrontando o PS com essas propostas e iniciativas.

O Congresso Democrático das Alternativas constituiu um bom ensaio para os modelos em que devemos apostar. O BE terá de integrar soluções mais amplas, a par da crítica sem tréguas à direcção do PS e aos seus compromissos com o governo PSD/CDS, com a austeridade e as privatizações.

A não ser assim, o BE fica sem espaço para crescer ou sequer sobreviver, confinado às convergências

com o PCP, enquistado no discurso e práticas sectárias.

A derrota eleitoral da direita em França e os extraordinários resultados da esquerda grega são animadores. Qualquer diferenciação política no terreno das lutas sociais e da mobilização de massas podem precipitar os acontecimentos e tornar de novo actual a proposta do governo de esquerda.

A hipótese de um governo de esquerda que rejeita a austeridade, sugerida pela expressiva votação na Syriza, foi uma boa oportunidade para introduzir este tema no debate político.

O programa desse governo só poderá ser de ruptura com a política da troika, de defesa do Estado Social e de renacionalização das indústrias de bens e serviços públicos essenciais, e a sua composição deve solicitar todos os partidos de esquerda, bem como independentes e representantes dos movimentos sociais. Uma esquerda grande só pode extravasar a concepção de um governo de esquerda politicamente confinado ao BE e ao PCP.

O ataque sistemático ao núcleo duro da política da troika e a sua desagregação são absolutamente necessários. Mas só é possível provocar e aproveitar as diferenciações que possam surgir no PS com impacto junto das massas trabalhadoras interpelando-o e colocando-o perante as suas responsabilidades.

II PELA REDINAMIZAÇÃO DO BE CONTRA O ISOLAMENTO POLÍTICO, A DIVISÃO E O APARELHISMO

A situação política e a ausência de uma resposta mobilizadora de toda a esquerda estão a gerar iniciativas de grupos de cidadãos independentes ou filiados em partidos. Este mal-estar e a pressão que arrasta consigo colocam o BE numa posição especialmente difícil.

O BE nasceu da unidade entre diferentes agrupa-

mentos políticos, valorizando as dinâmicas unitárias e o combate ao sectarismo. A actual falta de empenhamento na unidade contra a política da austeridade e a tendência para resumir a nossa intervenção à denúncia do governo PSD/CDS, da troika e da capitulação da direcção do PS, está a dificultar a mobilização dos núcleos locais.

O BE precisa de mobilizar os seus aderentes para que consigam reconhecer utilidade e eficácia na sua intervenção, para além das campanhas de propaganda a desenvolver.

O BE tem de reforçar a sua acção no movimento social, contribuindo para a articulação entre partidos, sindicatos e movimentos, actuando junto das populações duramente atingidas pela austeridade e que não têm encontrado nos partidos de esquerda e na vida parlamentar a alternativa que as circunstâncias exigem.

O BE deve fazer propostas mobilizadoras e inclusivas que permitam dialogar com o povo e responder às suas aspirações e aos seus objectivos de luta.

PELA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO LOCAL E AUTÁRQUICO

A implantação local é decisiva para a consolidação orgânica do BE, indispensável para vencer o imobilismo, particularmente ao nível dos núcleos e organizações concelhias, rompendo com uma visão que olha a base do nosso movimento como mera executora de operações de rotina associadas ao apoio a iniciativas centrais, sejam de natureza parlamentar ou campanhas de propaganda e agitação.

Precisamos de enraizamento no movimento associativo e restantes movimentos sociais; envolvimento nas lutas das populações e incentivar a discussão de questões ambientais e urbanísticas. A remobilização dos nossos núcleos e o alargamento da sua influência conseguem-se se formos capazes de mostrar que esse trabalho com o BE é útil e tem eficácia no presente contexto político.

O BE tem de retomar a postura dialogante com a sociedade; ser pólo aglutinador que pugna pela unidade da esquerda e vitalidade dos diferentes movimentos sociais, num momento de ataque feroz às condições de vida da maioria da população e à democracia.

As próximas eleições autárquicas devem constituir, por isso, uma oportunidade de valorização do trabalho local mas também um prolongamento da atitude unitária e dialogante, envolvendo as bases locais dos partidos de esquerda e activistas sociais.

A unidade nas autárquicas pode revestir várias formas, nomeadamente através de listas de cidadãos, em função de cada realidade local, com um programa claro de defesa da população contra os interesses imobiliários predadores, a luta pela sustentabilidade ambiental e urbanística, a defesa dos serviços públicos e pela criação de emprego, assegurando sempre a discussão pública dos programas locais e a construção das listas a apresentar. Onde isso não seja possível o BE deverá concorrer com listas próprias.

POR UMA AGENDA DE LUTA FEMINISTA, ECOLÓGICA E SOCIAL

Este é um tempo de feminização do trabalho produzido pela globalização capitalista. Conjugando o anti-capitalismo com a luta feminista sem que cada uma destas lutas seja considerada prioritária em relação à outra, é o desafio que se nos coloca.

O discurso reivindicativo das lutas dos anos sessenta e setenta vem sendo engolido pela mensagem avassaladora dos media, que diariamente nos transmite uma miragem de plenitude conquistada, sugerindo já não haver necessidade de lutar por liberdades. Tudo teria sido alcançado: voto e outros os direitos constitucionalmente consagrados.

Enquanto isto, a violência doméstica prossegue implacável; as diferenças salariais impõem-se; o acesso à liderança, gestão e administração da sociedade, permanece inatingível para a maioria das mulheres

ou é encarado como o preenchimento de uma quota. O trabalho doméstico permanece colado à pele das mulheres como uma luva invisível e coerciva.

Não é possível um projecto de mudança de sociedade que ignore ou minimize a luta feminista. A renovação da esquerda passa incontornavelmente por aí. Negá-lo é não só um retrocesso como é ignorar a natural sede de justiça, motor que faz andar a História. De cada vez que a luta das mulheres afrouxa, regride o que se alcançou. A militância conservadora e de direita favorável à revisão da lei da despenalização do aborto é exemplo disso.

A luta feminista é justa, necessária e urgente. Não pode ser reduzida a um qualquer utilitarismo oportunista. Deve integrar a agenda do BE, recusando a propaganda, o paternalismo ou a manipulação. O feminismo não é só mais uma luta. Integra todas as lutas e nelas deve estar presente.

O BE considera que o combate à troika e às suas políticas pressupõe a luta por um modelo de crescimento económico baseado na protecção ambiental, designadamente na ecologia urbana e no desenvolvimento sustentável, apostado na justiça social e territorial, na melhoria dos níveis de vida, na distribuição mais igualitária da riqueza e eliminação da pobreza.

Este deve ser o caminho das regiões sustentáveis perseguindo as acessibilidades e a mobilidade sustentável como estratégia de desenvolvimento e de criação de trabalho "limpo", implicando racionalização dos recursos do planeta na construção de infra-estruturas e equipamentos colectivos, para além do alargamento dos mecanismos de democracia participativa.

Ao introduzir conteúdos das experiências de sustentabilidade na luta pela auto-organização na gestão dos recursos, estaremos a aumentar a consciência colectiva sobre comportamentos e padrões de consumo e de produção a atingir numa sociedade socialista, conferindo novas dinâmicas à luta anti-capitalista.

O alargamento destas experiências, abrangendo

a exigência de uma organização institucional também ela com obrigações e objectivos de sustentabilidade, abre perspectivas para a intervenção e a mobilização políticas nas regiões. Estes temas poderão integrar as reivindicações de movimentos mais alargados, estimulando as populações locais a auto-organizar-se em grupos que reclamem justiça social nos transportes, na ecologia urbana e no desenvolvimento sustentável.

Devem ser elaborados projectos de lei de racionalização da energia, do ar e da água, a ser propostos em concursos de serviços públicos, que devem ser baseados na mobilização e no controlo democrático económico das populações sobre as autoridades responsáveis dos sectores, que podem incluir a representação pública em conselhos sociais de gestão.

Ao nível do urbanismo e ordenamento do território, deverão ser criadas novas modalidades institucionais, com participação e fiscalização das populações, com autonomia em relação aos municípios, cuja actividade tenha incidência sobre os planos de urbanização das cidades e vilas, formulando as condições técnicas de ocupação e uso do território de acordo com um Plano de Deslocações Urbanas discutido democraticamente, após consulta pública. Também aqui os procedimentos de regularização desse plano e dessa ocupação e usos devem estar sujeitos a leis de racionalização do ar, da energia e da água. Neste contexto, as urbanizações devem reduzir a dependência em relação ao automóvel na base de uma acessibilidade e mobilidade sustentáveis.

O financiamento das autarquias deve ser repensado, dando prioridade à reabilitação urbana e à solução dos problemas energéticos e térmicos do edificado.

PELA DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

Os serviços públicos de acesso universal são característica essencial do Estado Social, asseguram igualdade de oportunidades e protecção das cama-

das mais vulneráveis da população. O governo PSD/CDS tem desenvolvido iniciativas que reduzem drasticamente o nível de serviço público, tentando quebrar a universalidade de acesso. A ofensiva neoliberal tem procurado desregular as relações laborais, restringir os mecanismos de protecção social na doença, no desemprego e na exclusão social, tentando a pauperização dos sectores sociais mais débeis e a privatização de funções básicas do estado como a saúde ou a educação.

O ensino público tem vindo a ser atacado pelos sucessivos governos PS e PSD/CDS, através de medidas economicistas como a redução da democracia no funcionamento e gestão de escolas e universidades e a elitização do ensino superior. O actual governo PSD/CDS pretende reduzi-lo a uma dimensão residual num quadro mais geral de privatização do ensino.

A Escola Pública enquanto garante de igualdade de oportunidades, promotora da mobilidade social, formadora de cidadãos críticos, livres e informados, construída no pós 25 de Abril está a regredir a toda a velocidade. A multiplicação de exames nos vários níveis de ensino e as reformas no ensino profissional servem apenas para punir e determinar, aos 12 anos, o futuro de cada criança.

Os custos da educação têm vindo a ser transferidos do Estado para as famílias colocando as universidades numa asfixia financeira. Com o agudizar da crise económica o resultado é a redução drástica do número de candidatos ao ensino superior, revelador de uma universidade que se torna novamente só para os poucos que podem pagar.

Por isto é tão urgente fazer uma defesa radical e mobilizadora da Escola Pública, reunindo professores, estudantes e pais numa larga base de apoio social, que permita combater o desmantelamento do sistema educativo público.

Da mesma forma, a privatização das redes das indústrias de serviços públicos essenciais, água, energia e transportes, introduzem um elemento de forte penalização das camadas sociais mais vulnerá-

veis e tornam impossível assegurar a universalidade do acesso. O Serviço Nacional de Saúde português, um dos mais eficientes do mundo, responsável pela baixa histórica da taxa de mortalidade infantil e pelo aumento substancial da esperança de vida, vem sendo progressivamente desqualificado e articulado com a promoção da mercantilização e privatização dos cuidados de saúde que comprometem a sua missão essencial.

É urgente defender a renacionalização das redes de energia e transportes, combater as perspectivas de privatização dos sistemas de abastecimento e transporte de água e evitar o definhamento da escola o SNS. É fundamental defender um serviço nacional público de rádio e televisão, baseado na existência de empresas públicas financiadas pelo Orçamento Geral do Estado assegurando a pluralidade democrática, o acesso a conteúdos que o mercado não contempla e ajudando a regular o sector do audiovisual.

III DEFENDER E VALORIZAR A DEMOCRACIA INTERNA

O combate político e a necessidade de crescimento exigem-nos uma actuação diferenciadora dos outros partidos e que nos reforce como organização exemplarmente democrática.

Formalmente a democracia no BE funciona bem. Nas Convenções os delegados têm direito a usar a palavra. Os aderentes têm acesso aos boletins, grupos de militantes podem apresentar listas e candidatar-se às estruturas do partido. Mas esta não se pode resumir a uma liturgia formal apenas com o objectivo de legitimar e de entronizar direcções. A democracia deve ser um instrumento fundamental de construção do BE.

A democracia interna qualifica e potencia a capacidade de intervenção do BE e é, também, um instrumento essencial de mobilização, esclarecimento e escrutínio, um apoio poderoso aos organismos de direcção e à sustentação das suas decisões.

A hegemonia partilhada entre correntes que serviu para construir o BE deve ser ultrapassada. As implicações desta nova configuração interna são de enorme importância, por envolverem um novo período organizativo e suscitarem e exigirem o acréscimo de representatividade e revigoramento de todos os órgãos, desde a Mesa Nacional às coordenadoras distritais e às concelhias e núcleos.

Por outro lado entendemos que o direito de tendência é uma opção política que deve ser valorizada e constitui um património inalienável da tradição democrática do BE.

A sua desvalorização conduzirá à ambiência do pensamento uniforme onde não cabem as especificidades de formas diversas de expressão. **Limitar o direito de tendência é limitar a própria democracia.**

A MILITÂNCIA NO BLOCO

O BE atravessa uma crise de militância tão grave como a da sua imagem perante o eleitorado e a opinião pública. O número de aderentes aumentou mas não conseguimos alargar a sua militância no período em que crescemos e sobretudo agora, após pesadas derrotas eleitorais. É tarefa desta Convenção recuperar o entusiasmo num quadro politicamente adverso.

Nem sempre temos conseguido criar mecanismos que permitam abrir o partido, as suas ideias e a sua intervenção à sociedade. O BE deve assumir a necessidade de desenvolver o máximo da sua actividade "fora de portas", levando as suas ideias, a sua comunicação e as suas iniciativas para o espaço público, combatendo a tentação do fechamento.

Por outro lado, um Partido com tão grande desproporção entre o número de aderentes e de eleitores não pode dispensar a participação destes últimos no debate sobre as suas linhas políticas, o que significa criar mecanismos regulares de diálogo com não-aderentes.

Há que combater, através da abertura dos grupos temáticos e da composição de estruturas de direcção,

alguma tendência, natural e compreensível, de marginalização de activistas que realizam o fundamental da sua acção em movimentos sociais exteriores ao BE e que não podem ter uma presença tão contínua nas estruturas partidárias. Algum do sucesso orgânico do partido passa por mantê-lo fora das suas sedes.

É preciso clarificar direitos, deveres e procedimentos no funcionamento do BE, para que a sua vida democrática não seja capturada por processos de decisão paralelos à sua organização.

Este objectivo exige maior regularidade de assembleias concelhias e distritais, bem como a criação de grupos de trabalho temáticos ou de campanha, que permita mais envolvimento dos militantes. E implica repensar as campanhas políticas. Mais do que uma proposta e um folheto, estas devem ter prazos e metas; têm de possuir imagem e protagonistas, predispondo-se a uma lógica de alianças e assentar num balanço sério e realista das actividades - que pouco acontece.

É essencial uma maior clarificação de funções nos organismos de direcção com partilha de responsabilidades —evitando a excessiva centralização em poucos camaradas — e a eleição de coordenadores ou organismos de coordenação, quando existentes.

PARA ALÉM DAS CORRENTES

Para o funcionamento do BE reflectir esta evolução, é necessário dissolver, gradualmente, a importância central que as diferentes correntes ainda hoje assumem, o que não coloca em causa a existência de correntes e a sua importância como pólos de dinamização do debate político, tributários de diferentes trajectórias e perspectivas. Fundamental é que essa actividade seja um factor de enriquecimento do debate político no BE, evitando as posições concertadas ou estabelecidas numa lógica de trincheira, a disciplina de corrente e a substituição do verdadeiro confronto de ideias por batalhas de posição.

O BE tem de reforçar os seus mecanismos de debate interno, para lá do funcionamento orgânico. Iniciativas transversais às correntes, como o

Socialismo ou a Vírus, são indiscutivelmente importantes e não podem ser episódicas na vida do BE. Tal como a lógica de organização da participação dos activistas deve deixar de ser claramente marcada pelos equilíbrios internos entre as famílias políticas existentes.

DEMOCRACIA E RENOVAÇÃO

O BE trouxe à vida política uma nova geração de activistas e dirigentes. Porém, a renovação das direcções políticas, nacional e localmente, é ainda muito limitada. Muitos dos principais quadros, mantêm-se em funções desde a fundação do BE. Por vezes, como resultado da escassez de alternativas ou de mecanismos de reprodução de direcções através de práticas pouco democráticas e transparentes. Promover a democracia e combater o enquistamento no seio do BE exige reformular processos.

A utilização abusiva do voto por correspondência e da isenção de quotas - necessários à participação em igualdade de todos os militantes - e as restrições no acesso aos cadernos eleitorais por parte de listas alternativas têm distorcido resultados eleitorais de algumas concelhias e distritais do BE e gerado entraves à criação de listas.

É indispensável proceder a alterações aos Regulamentos Eleitorais e a alguns pontos dos estatutos do BE. Devemos limitar o voto por correspondência às situações de ausência e de doença justificadas, garantir o acesso sem restrições aos cadernos eleitorais e enquadrar a isenção de quotas

Finalmente, o exercício de funções de coordenação ou de participação em secretariados - mas não em funções de direcção política - deve ser limitado no tempo. A renovação das estruturas de direcção e das responsabilidades organizativas é essencial para a democracia interna e a superação de rotinas, para um Bloco mais interventivo, exigente, credível, inclusivo e criativo.

POR UM MODELO DE DIRECÇÃO QUE ASSEGURE CONTINUIDADE E EFICÁCIA

O BE instituiu a figura de um coordenador, o primeiro elemento da lista mais votada em Convenção para a Mesa Nacional e eleito entre os membros da Comissão Política.

Este modelo tem sido eficaz, garantindo uma referência estável no quadro exigente de solicitações do actual contexto político. Não se vislumbram justificações para alterar este modelo, que deve proporcionar ainda um quadro de funcionamento ao nível da direcção política que ultrapasse tradicionais mecanismos de equilíbrio representativo confinados às correntes fundadoras.

A existência de um Coordenador, por outro lado não é incompatível com o **reforço dos métodos de direcção colectiva e de divisão do trabalho por áreas e frentes de actividade, com porta-vozes próprios**. A direcção colectiva constitui em todos os escalões do BE, uma prática dinâmica e vivificante.

A Direcção do BE deve assentar ainda na valorização da Mesa Nacional, órgão máximo entre Convenções, a que se deve subordinar tanto a Comissão Política, como o grupo parlamentar, no respeito pela autonomia deste, que deverá eleger um líder parlamentar que goze evidentemente da confiança do grupo parlamentar, mas no qual os aderentes do Bloco se revejam pela sua capacidade de comunicação, pela densidade e consistência de resposta, pela sua acutilância e prestígio público.

LISTA DE SUBSCRITORES

Nº	Nome	Aderente	Concelho	Distrito
1.	Adelaide Maria Ramos dos Santos	4938	Almada	Setúbal
2.	Adelino Fortunato	8790	Sesimbra	Setúbal
3.	Albérico Afonso Costa	0836	Setúbal	Setúbal
4.	Alberto Manuel Gonçalves da Cruz	0585	Barreiro	Setúbal
5.	Alexandra Raquel das Rosas Oliveira	8709	Vizela	Braga
6.	Alexandre Abaladas	3108	Sintra	Lisboa
7.	Alexandre José Germano de Abreu	9505	Cascais	Lisboa
8.	Álvaro Carvalho	9585	Lisboa	Lisboa
9.	Amália Maria Espiridião de Oliveira	0956	Évora	Évora
10.	Ana Filipa Bastos	4411	Lisboa	Lisboa
11.	Ana Carina Motta	9285	Cascais	Lisboa
12.	Ana Cristina Sequeira	0827	Setúbal	Setúbal
13.	Ana Lúcia Duarte Massas	0843	Almada	Setúbal
14.	Ana Luisa Brito	0834	Setúbal	Setúbal
15.	Ana Maria Pessoa	1383	Lisboa	Lisboa
16.	Ana Paula da Costa Williams	1176	Barreiro	Setúbal
17.	Ana Santos	6624	Seixal	Setúbal
18.	André Filipe Antunes	6622	Barreiro	Setúbal
19.	António Albergaria Samara	2352	Almada	Setúbal
20.	António João Sequeira	0252	Setúbal	Setúbal
21.	António Manuel Fonseca Gomes	0271	Marinha Grande	Leiria
22.	António Pedro Mendonça Vieira	7200	Cartaxo	Santarém
23.	António Proença	3539	Sesimbra	Setúbal
24.	Armando Herculano	1750	Vila do Conde	Porto
25.	Bernardino Aranda	4657	Lisboa	Lisboa
26.	Bill Edward Williams	1175	Barreiro	Setúbal
27.	Carla Maria Pires Rodrigues	9737	Rio Maior	Santarém
28.	Carlos Alberto Alexandre Cabrita	4418	Silves	Faro
29.	Carlos Alexandre Macedo	3639	Sesimbra	Setúbal
30.	Carlos Gaivoto	0307	Oeiras	Lisboa
31.	Cecília Maria Calado Costa	1607	Nisa	Portalegre
32.	Cremilde Correia da Silva Pereira	5171	Oeiras	Lisboa
33.	Cristiana Martins de Sousa	4310	Marinha Grande	Leiria
34.	Daniel Filipe Correia Bernardo	5172	Oeiras	Lisboa
35.	Daniel Oliveira	1132	Lisboa	Lisboa
36.	David Ávila	5664	Lisboa	Lisboa
37.	Diogo Miguel Gomes Martins	9014	V.Franca Xira	Lisboa
38.	Eduardo Jorge Ferreira dos Santos	4076	Almada	Setúbal
39.	Fernando António Rocha	0632	Caldas da Rainha	Leiria
40.	Fernando Faria de Castro	8529	Setúbal	Setúbal
41.	Fernando Lacerda	0356	V. N. de Gaia	Porto
42.	Fernando Leitão Correia	6500	Faro	Faro
43.	Fernando Pinho Alves	0842	Setúbal	Setúbal
44.	Filipe Carapeto Fialho	8525	Setúbal	Setúbal

45. Filomena Maria da Silva	3822	Almada	Setúbal
46. Francisco Bernardes Silva	0615	Almada	Setúbal
47. Francisco Colaço	0390	Cartaxo	Santarém
48. Francisco Cunha Castro	8831	Vizela	Braga
49. Helena Figueiredo	3736	Lisboa	Lisboa
50. Helena Oliveira e Carmo	2050	Sintra	Lisboa
51. Helena Peixoto	0603	Lisboa	Lisboa
52. Henrique Guerreiro	0573	Sesimbra	Setúbal
53. Hernâni Josué da Luz Pereira	4079	Lisboa	Lisboa
54. Humberto Manuel Coelho Candeias	2807	Barreiro	Setúbal
55. Ilídio dos Santos Diniz	6268	Sines	Setúbal
56. Isabel Figueiredo	3440	Lisboa	Lisboa
57. Isabel Fonseca	4276	Lisboa	Lisboa
58. Isabel Maria Pires Marques Atalaia	9770	Loures	Lisboa
59. Joana Batista	8764	Odivelas	Lisboa
60. Joana Urban Vitorino	7819	Cascais	Lisboa
61. João Camacho	2479	Lisboa	Lisboa
62. João Manuel Martins Madeira	0520	Sines	Setúbal
63. João Ricardo Vasconcelos	7238	Lisboa	Lisboa
64. Joaquim Duarte	2397	Lisboa	Lisboa
65. Joaquim Manuel Mealha Costa	1698	Loulé	Faro
66. Joaquim Sarmiento Guerreiro	2348	Almada	Setúbal
67. Jorge Carlos Silva Luz	4275	Sesimbra	Setúbal
68. Jorge Manuel Ferreira Mendes	6688	Lisboa	Lisboa
69. Jorge Miguel Silva	7983	Vizela	Braga
70. José António de Almeida Dias Ferreira	1675	V.Franca Xira	Lisboa
71. José Jerónimo Franco	1540	Lisboa	Lisboa
72. José Joaquim Saraiva Rodrigues	4031	Marinha Grande	Leiria
73. José Lopes Nunes	8588	Oeiras	Lisboa
74. José Manuel Boavida	0602	Lisboa	Lisboa
75. José Manuel Faria	0364	Vizela	Braga
76. José Manuel Mendonça Estevens	3637	V. R. Sto. António	Faro
77. José Maria Salgueiro Moura	1867	Nisa	Portalegre
78. José Miguel de Andrade Ferreira	8336	Évora	Évora
79. José Valentim Couto	8833	Vizela	Braga
80. Luís Filipe Carvalho Caras Altas	4012	Almada	Setúbal
81. Luís Martins Pote	8274	Cascais	Lisboa
82. Luís Miguel Pires Pereira	0250	Alcácer do Sal	Setúbal
83. Luís Paulo Sousa	1633	Coimbra	Coimbra
84. Luísa Penisga Gonzalez	4351	Faro	Faro
85. Luisa Soromenho Ramos	1181	Setúbal	Setúbal
86. Marco Alexandre da Silva Loureiro	1649	Guarda	Guarda
87. Margarida Castro Felga de Pinho	0371	Porto	Porto
88. Margarida Tavares Couto dos Santos	4295	Cascais	Lisboa
89. Maria Alice Brito	0835	Setúbal	Setúbal

90. Maria de Fátima Ferreira Salgado	9806	Oeiras	Lisboa
91. Maria de Fátima Reis	3210	Setúbal	Setúbal
92. Maria do Carmo Teixeira Bernardo	2873	Oeiras	Lisboa
93. Maria do Rosário Guerreiro Vaz	5509	Barreiro	Setúbal
94. Maria Emília Lima Costa	1575	Faro	Faro
95. Maria Helena de Abreu Coelho	4365	Cascais	Lisboa
96. Maria Inês Ramos dos Santos	7553	Almada	Setúbal
97. Maria João Sequeira	2062	Almada	Setúbal
98. Maria Jorgete Teixeira	0584	Barreiro	Setúbal
99. Maria José Espinheira	0379	Porto	Porto
100. Maria José Vitorino	0612	V. Franca Xira	Lisboa
101. Maria Luísa Silva de Brito	0833	Setúbal	Setúbal
102. Maria Manuela Barreto Nunes	0906	Viseu	Viseu
103. Mariana Dias Maia Costa Mendes	8003	V. Franca Xira	Lisboa
104. Miguel Crispim Romão	4003	Lisboa	Lisboa
105. Nelson Leonel Carneiro	3619	Vizela	Braga
106. Nuno António Panaças Vilhena	5419	Oeiras	Lisboa
107. Nuno Serra	1160	Lisboa	Lisboa
108. Paula Cabeçadas	2301	Lisboa	Lisboa
109. Paulo Alberto Teixeira de Sousa	0078	Vila do Conde	Porto
110. Paulo Cristiano Rosa Ferreira Marques	8173	Almeirim	Santarém
111. Paulo Fernando Silva	7935	Vizela	Braga
112. Paulo Jorge Granjo Simões	5959	Lisboa	Lisboa
113. Paulo Jorge Vieira Sanches	9117	Oeiras	Lisboa
114. Pedro Junqueira Lopes	9783	Lisboa	Lisboa
115. Pedro Nuno Lopes dos Reis	2810	Almada	Setúbal
116. Pedro Santos	4627	Seixal	Setúbal
117. Raul Oliveira Peixoto	3621	Vizela	Braga
118. Ricardo Malcata	0254	Lisboa	Lisboa
119. Rita Paz	9570	Lisboa	Lisboa
120. Rogério Fernando Miranda	2484	Setúbal	Setúbal
121. Rosa Félix	5159	Lisboa	Lisboa
122. Rui Alberto Fernandes Charneira	8789	Sesimbra	Setúbal
123. Rui Alexandre Pereira da Cruz	6751	Marinha Grande	Leiria
124. Rui Curado Silva	2823	Coimbra	Coimbra
125. Sandra Manuela Ferreira Silva	3622	Vizela	Braga
126. Sara Goulart	9586	Lisboa	Lisboa
127. Sofia Maria de Nogueira de Meneses	5417	Cartaxo	Santarém
128. Teodósio Alcobia	2049	Sintra	Lisboa
129. Tiago Antunes da Silva	4173	Seia	Guarda
130. Vanessa Pinto Pereira	5067	Sesimbra	Setúbal
131. Vitor Francisco Pereira de Sousa	4309	Marinha Grande	Leiria
132. Vítor Manuel das Rosas Oliveira	8710	Vizela	Braga
133. Vítor Sarmiento	6694	Lisboa	Lisboa